

NU. 673610

US4/1.ª CA CDLG/XIV  
31/03/2021

Requerimento apreciado na reunião de  
CA CDLG de 20.4.2021, na ausência  
dos DORP do CTT e de Def. Niuse JKM,  
tendo sido rejeitado com votos  
contra do PS, a favor do  
Grupo Parlamentar PAN e as abstenções do PSD,  
do BE, do PCP e do CDS-PP.



Exmo. Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais,  
Direitos, Liberdades e Garantias

Senhor Deputado Luís Marques Guedes

Palácio de São Bento, 31 de Março de 2021

**Assunto:** Requerimento do PAN para audição urgente do Ministro da Administração Interna sobre a limpeza de terrenos e prevenção contra incêndios neste período excecional da Covid-19

Considerando que:

- Todos os proprietários de terrenos localizados em espaços rurais teriam até 15 de Março para limpar o mato e podar árvores junto a casas isoladas, aldeias e estradas, evitando coimas por incumprimento, que variam entre € 280 e € 10.000, no caso de pessoa singular e entre € 1.600 e € 120.000, se se tratar de pessoa coletiva;
- Foi anunciado pelo Governo, na sequência de uma Reunião do Conselho de Ministros, que o prazo mencionado seria prorrogado neste período excecional para o dia 15 de Maio de 2021;
- Já foram emitidos neste ano alertas da Proteção Civil para o perigo de ocorrência de incêndios rurais;
- Já ocorreram vários incêndios rurais em 2021, tendo um deles (concelho de Viseu) provocado uma vítima mortal;
- Afigura-se como algo absolutamente crucial em matéria de prevenção de incêndios proceder às limpezas dos terrenos, sob pena de termos mais eventos catastróficos como foram mais recentemente os incêndios de 2017, que desembocaram na morte de mais de cem pessoas, milhares de animais e na destruição de diversos hectares de ecossistemas;
- Bem assim como ao planeamento das demais medidas de prevenção e preparação de combate aos incêndios num contexto particularmente difícil como o da presente pandemia;



Face à urgência de traçar-se de imediato um robusto e atempado plano de limpeza dos terrenos, de prevenção e de combate aos combates a incêndios florestais, requeremos, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, a realização de uma **audição urgente**, ao Ministro da Administração Interna, como forma de esclarecer a Assembleia da República e o País sobre quais os planos e respetivos trâmites e meios técnicos humanos para efetivar a atempada da limpeza dos terrenos e para garantir um dispositivo robusto no terreno que permita prevenir e combater os incêndios, evitando os cenários dantescos que o nosso território tem vivido em épocas anteriores.

Palácio de São Bento, 31 de Março de 2021.

As deputadas e o deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real